

Carta aberta do 1º Encontro de Construção Coletiva da COP do Povo

“É melhor morrer lutando do que morrer omissa”

Zé Cláudio (in memoriam)

Nós povos das florestas e das águas; do campo e da cidade; indígenas, ribeirinhos e ribeirinhas; quilombolas, agricultoras e agricultores; extrativistas costeiros marinhos e florestais, povos dos terreiros, das águas, das marés e das florestas, nos reunimos em Belém do Pará, no dia 30 de agosto de 2024, no 1º encontro pensado por nós e para nós, para construção da COP do Povo.

Nos encontramos com o objetivo de dialogar entre nós sobre a nossa participação efetiva nos processos de tomada de decisões em conferências climáticas, inclusive na COP30 e debates climáticos que acontecerão em Belém do Pará, em 2025. Somos os povos das bases, defensoras e defensores da floresta e do meio ambiente. Não podemos ser ignoradas (os) e excluídas (os) dos processos de discussões sobre algo que impacta diretamente nossas vidas e nossos territórios.

Muito se fala sobre nós e sobre o que poderia ser melhor para nós e nossos territórios, mas sem qualquer consulta aos nossos saberes tradicionais e ancestrais como guardiãs (ões) da biodiversidade e do conhecimento ancestral que, até hoje, sustenta a Amazônia e outros biomas. Nós sempre estivemos aqui, mas novamente estamos sendo ignoradas (os) no processo de construção da COP30. Só os poderosos decidem, como se nós não existíssemos, desconsiderando nossas identidades, culturas, territórios e maretórios, o que viola profundamente nossos direitos e configura mais uma tentativa de sempre silenciar nossas vozes. Somos marcadas (os) para morrer, mas todos os dias escolhemos viver e resistir.

Todos os dias enfrentamos os programas, empreendimentos e projetos de morte que destroem os biomas e que contam com o apoio e a licença dos Estados partes da UNFCCC, inclusive o Brasil e os governos estaduais brasileiros, que por ação direta e/ou indireta expulsam os povos de seus territórios. Muitas vezes essas pessoas que defendem nossa casa comum são assassinadas. O genocídio e o ecocídio, muitas vezes silencioso, mas não menos fatal, promovido por grandes empreendimentos e empresas multinacionais, destroem as expectativas de futuro para a Amazônia, outros biomas e seus povos com apoio dos governos.

No Pará, bem como em outros estados do Brasil, não se respeita o direito à consulta prévia, livre e informada, tal como prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. Mineradoras transnacionais e o agronegócio fazem sangrar os territórios e o

dia-a-dia de comunidades, cercando-as de ameaças, criminalizações e perseguições.

O Estado Brasileiro não resolveu os problemas históricos e fundiários do país e não irá resolver antes da COP 30. Qual a responsabilidade socioambiental que o Brasil terá nessa COP, se sequer consegue ouvir os povos diretamente afetados? O maior legado desse evento no chão da Amazônia, seria a demarcação dos territórios indígenas, a titulação dos territórios quilombolas, a reforma agrária justa, a fiscalização e proteção, além de decretação, das unidades de conservação ambiental nos mais diversos biomas (costeiros e florestais). Estamos esperando há muitos anos para que esses direitos fundamentais sejam garantidos.

As populações do campo, das águas e das florestas, são as guardiãs das matas e dos rios, que elevam a Amazônia e outros biomas a lugares preservados e fundamentais para a manutenção do clima planetário. Mas o agronegócio e a grilagem crescente ameaçam a vida dessas pessoas e de seus territórios, aumentando a cada dia a quantidade de defensoras (es) de direitos humanos e ambientalistas sob ameaças.

O legado da COP 30 não pode ser a continuidade da grilagem, do avanço da mineração e dos garimpos nos territórios indígenas, do assassinato de defensoras (os) de direitos humanos e ambientais e da criminalização de lideranças e movimentos sociais. O estado do Pará, que sediará a COP 30, é campeão em violência no campo, trabalho escravo e massacres de trabalhadores rurais.

O Pará é o estado da chacina de Eldorado dos Carajás e Pau D'arco. O chão que sediará a COP 30, é manchado de sangue e marcado pela impunidade. Essas injustiças não colaboram com a verdadeira justiça climática que o nosso planeta necessita e não respeitam os compromissos que o Brasil vem firmando em outros eventos referentes ao clima. Os projetos de leis que o Congresso Brasileiro está pautando fortemente são retrocessos de direitos constitucionais que têm incentivado os conflitos e a violência contra os povos indígenas, comunidades tradicionais e populações do campo e da cidade.

Como garantir que o Estado Brasileiro se comprometa com a redução do desmatamento e a preservação da Floresta Amazônica e demais biomas, se temos um Congresso que legisla contra nós e contra a preservação e garantia dos direitos fundamentais? A prova disso é a Lei 14.701/2023 que vai na contramão da decisão do STF sobre a tese do Marco Temporal, corroborado também pela PEC 48, que prevê alteração nos artigos 231 da Constituição Federal. Tais instrumentos querem ditar a legitimidade dos territórios indígenas do país, reutilizando a violência colonial contra os povos originários.

No Estado do Pará, o Governador Helder Barbalho vem liderando o debate internacional sobre proteção ao meio ambiente e as mudanças climáticas, porém sob uma narrativa fantasiosa de estímulo à bioeconomia e ao mercado de carbono. Uma verdadeira lavagem verde. É preciso denunciar os instrumentos de controle ambiental pensados pelo Estado, insuficientes para garantir a proteção das florestas e dos rios. Um exemplo disso é a criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que serve hoje muito mais aos invasores do que aos povos. Da mesma forma, existem historicamente diversos conflitos fundiários que não são devidamente enfrentados pelos governantes.

O que se percebe, na verdade, é uma aliança dos governos com grandes empreendimentos que causam destruição da natureza e impactam direta e indiretamente povos e comunidades tradicionais. No Brasil, um exemplo dessa aliança maléfica é o Projeto Ferrogrão, que foi idealizado para avançar o agronegócio, projetos de mineração e hidrovias e tem amplo apoio de governantes brasileiros. Outro monstro desenvolvimentista que se anuncia para a Amazônia é a exploração de petróleo na Foz do Rio Amazonas, cujos estudos prévios do IBAMA já demonstraram os estragos que trarão aos povos da região costeira da Amazônia.

Diante desse cenário, nós, povos e comunidades, exigimos nossa participação ativa nas discussões e acordos que serão firmados na COP 30, e que afetam diretamente nossas vidas. Queremos estar no centro das discussões, nas mesas de negociações, decidindo, opinando e argumentando sobre o que é melhor para nós e para o planeta. Queremos que nossas reivindicações sejam apresentadas por nossos representantes e não por pessoas que dizem falar por nós.

Não há Justiça Climática sem o reconhecimento, a proteção e a participação dos povos e comunidades que milenarmente preservam e protegem a Amazônia e demais biomas do mundo!

Nunca haverá transição energética **justa** se nós não estivermos no centro dos debates climáticos.

“Nunca mais um Brasil sem nós, nunca mais um Brasil sem Amazônia e sem o Norte!”

“O futuro é ancestral, nós sempre estivemos aqui, não ao Marco Temporal!”

“Não há justiça climática sem a proteção dos defensores e defensoras ambientais!”

“Não há Justiça climática sem a demarcação dos Territórios Indígenas e Titulação dos Quilombos!”

“Não há justiça climática sem reforma agrária justa!”

Não há justiça climática sem decretação de Unidades de Conservação!

Belém do Pará, 30 de agosto de 2024.

Aldeia I'ixing do Povo Tembé do Vale do Acará

Associação Indígena Tembé do Vale do Acará

Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes Quilombolas do Alto Acará (AMARQUALTA)

Associação da Comunidade Ribeirinha Extrativista da Vila Tauiry (ACREVITA)

Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais PDS Brasília

Associação das comunidades Montanha e Mangabal

Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé

Associação Indígena Pariri

Casa Preta Amazônia

Centro Alternativo de Cultura (CAC)

Coletivo de Direitos Humanos - Veredas

Comissão Pastoral da Terra - CPT (Regional Pará)

Comissão Pastoral da Terra - CPT (Regional Tocantins- Araguaína)

Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM)

Conselho Indígena Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno

FETAGRI Regional Sudeste do Pará

Instituto Brasileiro de Defensores de Direitos Humanos

Engajamundo

Instituto Patauá

Tuxa Ta Pame - Conselho de gestão Ka'apor

Centro de formação saberes Ka'apor

Movimento Madeira Vivo

Movimento Tapajós Vivo

Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental

Coletivo de Direitos Humanos na Amazônia (MAPARAJUBA)

Marajoara

Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Regional Pará)

Quilombo África-Laranjituba

Comitê Quilombola de Santa Rita e Itapecurumirim-MA

Quilombo Gibrié de São Lourenço

Quilombo Sítio São João

Quilombo Sítio Cupuaçu

Reação de Rua Altamira Xingu

Rede agroecológica do Trairão-PA

Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH)

Terra de Direitos (TdD)

Associação Quilombola de África e Laranjituba (AQUIBAC)